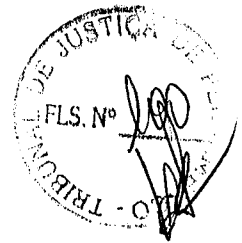




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



020

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0171306-4
COMARCA: GOIANA
VARA: 2ª VARA
APELANTE: LINDALVO HENRIQUE DO NASCIMENTO
ADVOGADO: DR. CLAYTON LUIZ FIGUEIRÊDO DE MELO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. HELENA MARTINS GOMES E SILVA (CONVOCADA)

EMENTA: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TRÂNSITO. HOMICÍDIO CULPOSO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CRIME E AUTORIA DEMONSTRADOS. PENA JUSTA E SUFICIENTE À REEDUCAÇÃO. CAUSA DE AUMENTO. CONFIGURAÇÃO. SUSPENSÃO DA HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR. PRECEITO SECUNDÁRIO DA NORMA PENAL. NÃO DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO. IMPOSIÇÃO LEGAL. SENTENÇA MANTIDA EM TODOS OS TERMOS. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – Comprovadas a materialidade do delito, pela perícia tanatoscópica, e a culpa do acusado, pela sua imprudência, por trafegar na contra-mão e em alta velocidade, e imperícia, haja não ter agido com a técnica necessária a evitar o acidente, é de ser mantida a condenação.

II – Demonstra-se justa e suficiente à sua reeducação, na medida em que existem circunstâncias do art. 59, do CPB, que não lhe são favoráveis, motivo pelo qual está autorizada a fixação da pena-base acima do máximo abstratamente cominado.

III – Deve ser aplicada a majorante prevista no inciso III, parágrafo único, do art. 302, da Lei nº. 9.503/97, quando resta evidenciado que o apelante não parou o veículo para prestar assistência à ofendida, deixando o local do crime.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

021

voluntariamente, sem qualquer razão física ou externa que o impedisse.

IV – Sendo a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor imposição cumulativa do preceito secundário do tipo penal praticado pelo apelante, não pode o juiz, discricionariamente, afastar sua aplicação.

V – Recurso não provido. Decisão uníssona.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0171306-4**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar total provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 22.12.2009


Desa. Presidente


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

CÓPIA



022

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0171306-4
COMARCA:	GOIANA
VARA:	2ª VARA
APELANTE:	LINDALVO HENRIQUE DO NASCIMENTO
ADVOGADO:	DR. CLAYTON LUIZ FIGUEIRÊDO DE MELO
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. HELENA MARTINS GOMES E SILVA (CONVOCADA)

RELATÓRIO

Lindalvo Henrique do Nascimento insurge-se contra a sentença de fls. 55/58, pela qual foi condenado à pena de 04 (quatro) anos e 01 (um) mês de detenção, pela prática do crime de trânsito tipificado no art. 302, parágrafo único, inciso III¹, do da Lei nº. 9.503/97 e suspensão da permissão ou habilitação do apelante para dirigir veículo automotor, enquanto durar os efeitos da pena.

Em suas razões recursais de fls. 65/67, pede o apelante, alternativamente: 1) reforma da sentença por não ter sido considerado os depoimentos das testemunhas arroladas pela defesa; 2) a redução da pena imposta para excluir a causa de aumento prevista no inciso III, do

¹ Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:

Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente:

III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



023

parágrafo único, do art. 302, do CTB; e 3) que não seja imposta a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor.

Às fls. 71/74, foram apresentadas contrarrazões, onde o Ministério Público requer o não provimento do recurso

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, às fls. 83/84, ofertou parecer, pronunciando-se pela manutenção do decreto condenatório em todos os seus termos.

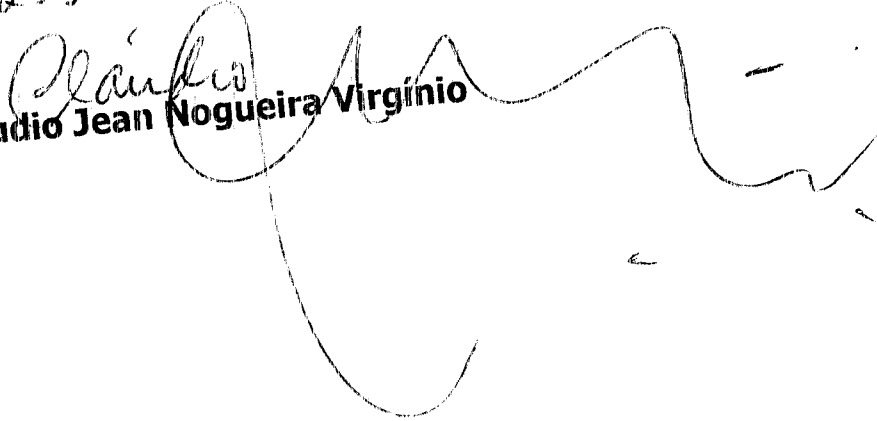
Em seguida, vieram-me conclusos para julgamento.

É o relatório.

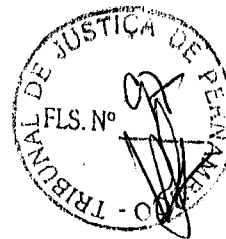
Inclua-se em pauta, na forma do art. 610, *caput*², da Lei

Adjetiva Penal.

Recife, 22.12.2009


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

² Art. 610. Nos recursos em sentido estrito, com exceção do de *habeas corpus*, e nas apelações interpostas das sentenças em processo de contravenção ou de crime a que a lei comine pena de detenção, os autos irão imediatamente com vista ao procurador-geral pelo prazo de cinco dias, e, em seguida, passarão, por igual prazo, ao relator, que pedirá designação de dia para o julgamento.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

024

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0171306-4
COMARCA:	GOIANA
VARA:	2ª VARA
APELANTE:	LINDALVO HENRIQUE DO NASCIMENTO
ADVOGADO:	DR. CLAYTON LUIZ FIGUEIRÊDO DE MELO
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. HELENA MARTINS GOMES E SILVA (CONVOCADA)

VOTO

A materialidade do crime está consubstanciada na perícia tanatoscópica de fl. 18, a qual atesta que a morte da vítima resultou de choque decorrente de esmagamento da cabeça produzido por instrumento contundente e pelo relato das testemunhas de fls. 37/38, que viram quando o veículo (caminhão caçamba) vinha pela contra-mão, em alta velocidade e bateu no guidão da bicicleta da vítima que veio a perder o equilíbrio e cair ao solo, passando o dito automotor por cima daquela.

Por sua vez, o acusado confessa que estava na direção do referido veículo (fl. 32) e, ao tempo do fato, resolveu ir pela direção proibida, sob a alegação de que iria comprar medicamento para seu filho doente, contudo não fez prova de suas declarações.

A razão primordial do acidente, além da inobservância das normas de trânsito e o excesso velocidade, também resultou da imperícia do apelante, que, na qualidade de motorista profissional, na condução de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



025

um caminhão, veículo de grande porte, em rua estreita (fl. 53), onde havia outros automóveis estacionados, deveria saber que atingiria a bicicleta da vítima, fazendo com que essa fosse arremessada para baixo do veículo, como narra o próprio apelado em seu interrogatório.

X Aduz o apelante que o depoimento das testemunhas de defesa (fls. 39/40) não foram considerados pelo Juiz "a quo", contudo, uma delas não presenciou os fatos narrados na denúncia, não tendo nada a acrescentar, enquanto a outra, sobrinho do agente, confirma a ocorrência do delito, inclusive, a fuga daquele do local sem prestar socorro à vítima.

Diante do princípio do livre convencimento motivado, o magistrado apreciará livremente a prova produzida em contraditório judicial, sendo vedada apenas, consubstanciar seu entendimento exclusivamente em elementos informativos colhidos na fase investigatória (art. 155, *caput*³, CPP). No caso concreto a autoridade sentenciante fundamentou sua decisão nas provas coligidas ao feito, que demonstram, de modo incontestado, a existência do crime e a autoria do acusado, externada por duas das suas três modalidades de culpa, imprudência e imperícia, enquanto que, para a condenação, é exigida apenas uma delas. +

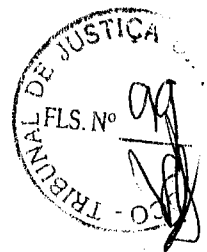
Sendo assim, comprovada a culpa do réu, não há como ser afastada a condenação.

Pede, ainda, pela redução da pena imposta, entretanto, a reprimenda aplicada pelo Juiz Singular demonstra-se justa e suficiente à sua reeducação, na medida em que existem circunstâncias do art. 59, do

³ Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. (Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



026

CPB, que não lhe são favoráveis, motivo pelo qual está autorizada a fixação da pena-base acima do máximo abstratamente cominado, *in casu*, 03 (três) anos de detenção, reduzida pela atenuante genérica de confissão em 02 (dois) meses.

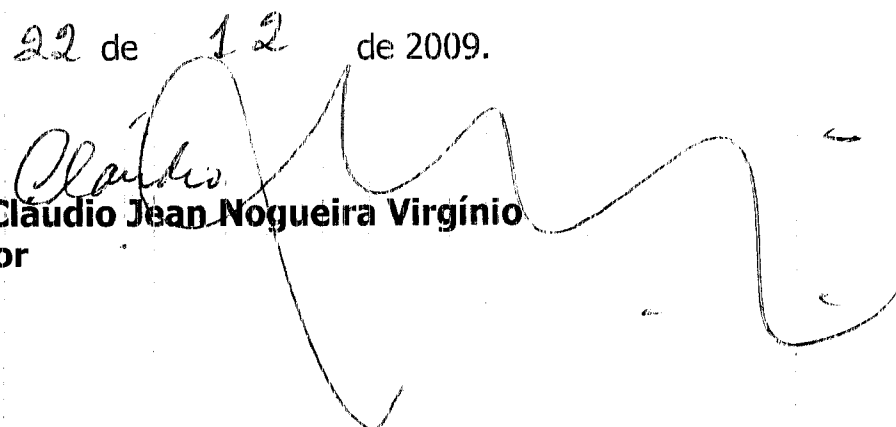
Quanto à causa de aumento de pena, decorrente da ausência de prestação de socorro à vítima, é de ser aplicada, porquanto está comprovado no feito que o apelante não parou o veículo para prestar assistência à ofendida, deixando o local do crime voluntariamente, sem qualquer razão física ou externa que o impedisse, somente vindo a ser identificado, em face de alguém ter anotado a placa do caminhão caçamba. Desse modo, deve ser mantida a dita majorante nos termos cominados.

Igual sorte assiste ao pleito do apelante quanto à suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor, porquanto o preceito secundário do tipo penal em comento prevê a aplicação cumulativa daquela com a detenção, razão pela qual não cabe ao julgador discricionariamente a sua não aplicação, primordialmente porque é imposição da lei.

Com esses fundamentos, **voto para negar total provimento ao recurso**, mantendo o decreto condenatório em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 22 de 12 de 2009.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator